



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. I (2000)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Primeiros confrontos entre Portugal e Brasil: O Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)

Maria Cecília Guirado 

Como Citar | How to Cite

Guirado, Maria Cecília. 2000. «Primeiros confrontos entre Portugal e Brasil: O Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)». *Anais de História de Além-Mar* I: 221-232.
<https://doi.org/10.57759/aham2000.46987>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2000. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2000. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

PRIMEIROS CONFRONTOS ENTRE PORTUGAL E BRASIL: O DIÁRIO DE NAVEGAÇÃO DE PERO LOPES DE SOUSA (1530-1532)

por

MARIA CECÍLIA GUIRADO *

«Aqui neste porto de São Vicente varámos ãa nao em terra; a todos nos pareceo tão bem esta terra que o capitão Irmão deteminou de a povoar e deu a todolos homens terras pera fazerem fazendas e fez ãa vila na ilha de São Vicente e outra nove légoas dentro polo sartão a borda dum rio que se chama Piratininga e repartio a gente nestas duas vilas, e fez nelas officaes e pôs tudo em boa obra de justiça de que a gente toda tomou muita consolação com verem povoar vilas, e ter leis e sacrefícios, e celebrar matrimónios, e viverem em comunicação das artes, e ser cada um senhor do seu, e vestir as enjúrias particulares, e ter todolos outros bens da vida sigura e conversável.» (22/12/1531, *Ms.* 27r).

1. Da viagem ao texto

Considerada por vários historiadores como o início da colonização do Brasil, a armada de Martim Afonso de Sousa parte de Belém, no dia 3 de Dezembro de 1530, composta por dois navios, duas caravelas e um galeão, levando um contingente, aproximado, de quinhentos homens.

Ao irmão do capitão-mor, Pero Lopes de Sousa, é dada a incumbência de redigir os factos principais daquela viagem exploratória que duraria dois anos. Pero Lopes, um jovem navegador, parecia dominar mais o leme do que a língua. Não tão famoso quanto o irmão Martim, Pero Lopes, na sua mocidade, estudou navegação na Universidade, em Lisboa. Posteriormente, ter-se-ia alistado nas armadas de guarda-costas, que percorriam as costas dos Açores e da Madeira e a costa setentrional da África. Foi com a experiência na guarda costeira que o jovem Pero Lopes adquirira a prática de seu ofício, lutando contra navios corsários.

* Jornalista e crítica literária do *Jornal da Tarde*, São Paulo, e doutora em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa.

Daí a narração do *Diário*, apesar de a «secura» da linguagem própria de homem do mar tender ao essencial, não se importando com requintes estilísticos, mas carregada de força expressiva (Avella, 1979: 132). Sua observação, de modo geral, é mais direcionada para os assuntos da navegação (talvez para que o seu *Diário* pudesse ser de alguma utilidade para as próximas viagens portuguesas). Preocupa-se, sobretudo, o autor-capitão em cumprir as metas da expedição, estabelecidas por D. João III.

Não bastassem as rasuras e as emendas, há lacunas tão grandes no *Diário*, principalmente quando o autor está relatando os conflitos com os franceses, que o leitor menos avisado pode inferir que as metas da viagem se limitam apenas ao reconhecimento da costa brasileira e às tentativas de buscar metais preciosos no Rio da Prata. Porém, ao rever outros documentos coevos publicados por Jordão de Freitas (1924) e por Eugênio de Castro (1940), pode-se entender que a missão desta armada era de natureza diversa. A princípio a tarefa de exploração e colonização corresponde a uma estratégia clara de negar o uso do Atlântico Sul aos franceses e de se antecipar aos espanhóis na ocupação de territórios que, pela demarcação do Tratado de Tordesilhas, pertenciam a Portugal. Resumidamente, as metas da armada eram as seguintes:

- 1 – Explorar a costa de todo o litoral brasileiro desde o Maranhão (o Maranhão, considerado como Mar Dulce pelos espanhóis) até o Rio de Santa Maria (Rio de La Plata) e tentar adentrar no interior do continente pelo sertão;
- 2 – Expulsar definitivamente os corsários franceses da «costa do pau-brasil», que então se localizava entre os rios Paraíba e São Francisco, restabelecendo o monopólio exclusivo da coroa portuguesa sobre o comércio da madeira;
- 3 – Apoderar-se de uma extensão de costa considerada rica em ouro e prata, entre o Cabo de São Vicente até o Rio da Prata;
- 4 – Instalar aglomerados humanos nos locais mais favorecidos para alcançar as minas do Paraguai e do Peru partindo do litoral brasileiro e, por fim;
- 5 – Criar as bases para uma colonização estável e organizada que pudesse garantir o domínio das costas sobre os selvagens, na tentativa de facilitar a defesa da zona de exploração do «pau-brasil» e do «ouro» e conseqüente engrandecimento do patrimônio da coroa lusitana.

É possível supor que os objetivos da viagem funcionem, *grosso modo*, como direcionamentos da escritura, quase como uma pauta jornalística. Neste caso, a pauta do rei direciona o propósito do relato à exploração e reconhecimento do litoral; à expulsão dos franceses (desde 1501 no Brasil)

estabelecidos na feitoria de Pernambuco, que controlavam o comércio do pau-brasil; à tomada de posse do ouro e da prata e à criação das bases para a efetivação da colônia. De maneira que o texto – retirados os excessos da linguagem de marinharia – resulta numa espécie de reportagem pré-comprometida quanto ao enfoque de acesso à realidade.

Nota-se, através do *Diário*, que o repórter-navegador segue, mais ou menos, as prioridades da viagem. Como na lista de D. João III não se encontra qualquer indício de interesse pelo *modus vivendi* do índio brasileiro, estes trechos brotam do texto, às vezes desconectados no tempo e no espaço, e acabam por constituir uma leitura fragmentada da realidade, que não serve como quadro referencial antropológico daquele período. Motivo suficiente para que o texto tenha sido classificado como diário de bordo?

«O texto é fundamentalmente um diário de bordo, mas há nele enxertos com notícias de ataques de navios franceses, que procuravam estabelecer-se no Brasil, ou de surtidas mais ou menos profundas em terras. Acções que, afinal, começaram a assegurar a ocupação daquele vasto território pelos portugueses.» (Albuquerque, 1991: 8.)

De facto, como já havia analisado o Visconde de Santarém, a partir da primeira publicação do *Diário* (por Adolfo Varnhagen, em 1839) alguns erros sobre a geografia e a hidrografia foram reparados na cartografia brasileira, principalmente as informações que dizem respeito ao Rio da Prata. Observa este autor, com propriedade, que Pero Lopes não toma notas astronômicas (Santarém, 1840: 31-34). Neste sentido o documento falha também como diário de bordo.

Como todo registro, o *Diário* representa uma imagem subjetiva, filtrada por uma mente quinhentista, com recortes efetuados nos moldes perceptivos sob os quais esta mente está apta a perceber. O texto não deixa transparecer qualquer imagem alusiva ao Paraíso Terrestre (preconizado por Pierre D'Ailly no *Imago Mundi* que deveria estar situado numa região temperada para lá do Equador, idéia que chegou a ser perseguida por Colombo), nem tampouco alude aos textos dos *mirabilia*, característicos do Renascimento.

Talvez os homens do mar desta época não acreditassem mais nas civilizações indígenas como descendentes diretos de Adão e da inocência original. É certo, todavia, que os portugueses já tinham algumas informações sobre os índios que habitavam a costa do Brasil, advindas das primeiras viagens exploratórias. Portanto, a fase de fascinação perante o novo já havia sido despida de sua aura de deslumbramento.

Por várias vezes, o *Diário* dá indicações de conhecimento da costa brasileira. Estando próximo da Ilha de Fernando de Noronha, assegura: «Assi que nesta paragem a pilotagem é incerta per experiencia verdadeira» (24/1/1531, Ms. 5r). Ou, o que o autor chama de «experiência verdadeira» era resultante da prática de navegação de outro piloto embarcado? Uma hipótese a mais. Poderia ter sido o *Diário* escrito a duas mãos? Varnhagen sugeriu que o

diário levado a bordo por Pero Lopes estava submetido também à escrita de Pero de Goes, seu companheiro inseparável (1861: 5). Não seria totalmente absurdo pensar que Goes tivesse escrito alguns trechos do *Diário*, principalmente aqueles que ultrapassam as singraduras do mar.

Interessa, pois, averiguar o embate entre duas realidades civilizacionais totalmente opostas, embora o autor não admita textualmente o choque causado pelos costumes «bárbaros» das tribos encontradas.

«Os recém-chegados eram gente prática, experimentada, sofrida, ciente de suas culpas oriundas do pecado de Adão, pré-dispostos à virtude, com clara noção dos horrores do pecado e da perdição eterna. Os índios nada sabiam disso. Eram, a seu modo, inocentes, confiantes, sem qualquer concepção vicária, mas com claro sentimento de honra, glória e generosidade, e capacitados, como gente alguma jamais o foi, para a convivência solidária.» (Ribeiro, 1995: 45.)

Veja-se como ele retrata pela primeira vez a terra e os índios:

«A terra é toda chã, chea d'arboredo. Como nos achegamos mais a terra se nos fez o vento sueste. E ao meo dia surgimos em fundo de 11 braças ãa légoa de terra. Como estive surto lancei o batel fora. Por nenhum dos outros navios trazer batel que os havia deixado no cabo de Sant'Agostinho. Este dia vieram de terra a nado às naos índios a perguntar-nos se queríamos brasil.» (3/2/1531, Ms. 6r.)

Durante o processo de criação de qualquer tipo de reportagem, na mente interpretadora instaura-se a necessidade de transformar a realidade em escritura. Este processo depende, é óbvio, do quadro de referências ou repertório com o qual esta mente está aparelhada para perceber e traduzir o mundo. Note-se, mesmo que superficialmente, o *background* de Pero Lopes: navegador, jovem (seguramente com menos de 30 anos de idade), católico, irmão do capitão da armada, fidalgo da corte e pouco inclinado às letras. Diante desse quadro, a navegação e os combates são as prioridades do capitão-relator.

2. Da narração dos combates

Em primeiríssimo plano está sempre o combate. O combate com o mar (o pânico causado pelas tormentas, o fantasma do naufrágio):

«Eu fiquei com os outros navios surto. E ao meo dia tomei o sol em seis graos e um terço. Em se pondo o sol me fiz à vela; e em levando a amarra me desandou o cabrestante. E me ferio dous homens e tornei a virar com muita força e arrebenitei o cabre e me fiz à vela. E mandei a Beltesar Gonçalves que levasse o farol por quanto eu não tinha piloto, e fomos no bordo do mar até o quarto da modorra rendido e tornei a virar no bordo da terra.» (4/2/1531, Ms. 6v.)

O combate com os corsários franceses, o reconhecimento do litoral e o patrulhamento incansável da costa brasileira pelos irmãos expedicionários, ocupa grande parte dos fólhos. A caminho do Brasil, nas ilhas de Cabo Verde, colocam em prática as ordens do rei:

«Aqui achámos ãa nao de 200 tonéis e ãa chalupa de castelhanos e em chegando nos disseram como iam ao rio de Maranhão e o capitão Irmão lhe mandou requerer que eles não fossem ao dito rio por quanto era d'el Rei Nosso Senhor e dentro da sua demarcação.» (28/12/1530, *Ms.* 3v.)

Este e outros seguimentos podem ser percebidos como trechos de reportagem, da narração *in locu*. Próximo ao cabo de Sant'Agostinho lutam contra os corsários franceses:

«(...) E desd'as sete horas do dia até o sol posto que rendemos a nao, pelejámos sempre. A nao me deu dentro na caravela 32 tiros, quebrou-me muitos aparelhos e rompeu-me as velas todas. Estando assi com a nao tomada chegou o capitão Irmão com os outros navios, logo abalroei com a nao e entrei dentro. E o capitão Irmão abalroou com o seu navio e os mais dos franceses se passaram ao navio. A nao vinha carregada de brasil, trazia muita artelheria e outra muita munição de guerra. Por lhes faltar pólvora se deram. Na nao não demos mais que ãa bombardada com um pedreiro ao lume d'água. Com a artelheria meúda lhe ferimos 6 homens. Na caravela me não mataram nem feriram nenhum homem. De que dei muitas graças ao senhor deus.» (2/2/1531, *Ms.* 6r.)

O autor não se propõe a investigar uma verdade objetiva, contenta-se em registrar, segundo seu repertório, os fatos que lhe chamam a atenção por afinidades ou diferenças, utilizando com uma certa frequência o método indutivo de raciocínio. Só fala dos costumes indígenas quando os interpreta como fenômenos altamente carregados de novidade; nestes casos abandona a escritura diarística tradicional (ou seriam estas anotações do punho de um outro escrivão?). Após uma batalha entre duas tribos, aparecem cenas de canibalismo na Bahia de Todos os Santos:

«E pelejaram desd'o meo dia até o sol posto, as 50 almadias da banda de que estávamos surtos foram vencedores. E trouxeram muitos dos outros captivos e os matavam com grandes cerimónias presos percordas. E dipois de mortos os assavam e comiam, não têm nenhum modo de física. Como se acham mal não comem e põem-se ao fumo e assi polo conseguinte os que são feridos.» (13/3/1531, *Ms.* 8r.)

O relator parece interessar-se apenas por aquilo que *é* operatório, ou seja, desenvolve um raciocínio indutivo, não arriscando sugerir como algo *pode ser* (abdução) nem deduz a partir dos dados colhidos. Para além da observação de que os índios «não têm nenhum modo de física», que parece significar a ausência de comportamento natural, o texto prossegue, abordando outro tema, sem qualquer julgamento perceptivo sobre o ritual antro-

pofágico. Pero Lopes não explora o pormenor, não faz análise detalhada deste ou de outros factos. As interpretações quinhentistas sobre o canibalismo dos índios brasileiros seriam exploradas mais tarde nas publicações de André Thevet (*Singularidades da França Antártica*, 1557), de Pero de Magalhães de Gândavo (*História da Província Santa Cruz*, 1576), e de Jean de Léry (*Viagem à Terra do Brasil*, 1578).

Depois da fortuna (mau tempo, acidentes a que estão sujeitos o navio e a carga) passada no rio dos Beguais, Pero Lopes conta que passaram o dia comendo ervas cozidas, até que encontraram um

«campo com muitos paus tanchados e reides que me pareceo à primeira que era armadilha pera caçar veados. E dispois vi muitas covas fuscas que estavam dentro do dito cerco das reides, então vi que eram sepulturas dos que morriam e tudo quanto tinha lhe punha sobre a cova (...)» (26/12/1531, Ms. 24r).

O capitão Pero Lopes teve um impulso para mandar abrir as covas, mas recuou por *medo que acudisse gente da terra*. Porém,

«por não podêremos achar outra lenha mandei tirar todolos paos das sepulturas; mandei-os trazer pera fazêremos fogo pera se fazer de comer com dous veados que matáramos de que a gente tomou muita consolação» (26/12/1531, Ms. 23v).

Ao contrário da experiência portuguesa no Oriente, os túmulos indígenas não ofereciam riquezas para o saque. O discurso, quase sempre, mostra-se isento de juízos valorativos. É como se os índios apenas fizessem parte da paisagem, não chegando a interessar ao navegador aquele povo que andava sem vestes.

Percebe-se que a nudez, aos olhos dos europeus, destituía os índios de qualquer propriedade cultural (caracterizada pela ausência de costumes, ritos, religião), «o que não deixa de ter sua lógica, visto que (...) os seres humanos vestem-se como consequência da sua expulsão do paraíso, o que se encontra na origem da sua identidade cultural» (Todorov, 1990: 48).

Daí compreende-se melhor o facto de Pero Lopes falar *sobre* os índios mas não *com* os índios. Sem questionar causas, o autor regista:

«E da mesma terra acudiram muita gente e punham-se de longe sem quererem chegar, até dous homens dos nossos foram a eles e logo chegaram e abraçaram a todos com grandes choros e cantigas mui tristes; e como se despediram deles fizeram seu caminho pola praia (...)» (25/10/1531, Ms. 15r).

Parece tratar-se de um ritual de saudação, mas o autor não está preocupado em definir os sentimentos do *outro*, apenas constrói sua narrativa enquanto tradução imitativa da empiria visual. Como diz Barreto, «A maioria

das obras chamadas de “literatura de viagens” utiliza a escrita como simples meio de fixar e pintar o real enquanto representação verbal ou “imitação” que visa dar a verdadeira realidade» (1983: 56). Este processo mimético, despido de interpretações, pode ser comparado ao da máquina de fotografar, que apenas registra as coisas no seu realismo sensível, fazendo com que a reportagem resulte num álbum fotográfico que se lê sem qualquer fio narrativo.

3. A Percepção do *outro*

Na ausência de palavras de um mesmo código lingüístico trocam objetos para estabelecer contatos. Próximo ao cabo de Santa Maria, Pero Lopes encontra um lugar aprazível habitado por índios que «traziam arcos e frechas e azagaias de pao tostado e eles com muitos penachos todos pintados de mil cores; e chegaram logo sem mostrarem que haviam medo senão com muito prazer abraçando-nos a todos». No final do encontro há a troca de presentes:

«(...) e deram-nos muito pescado e eu mandei-lhes dar muitas cascavéis e cristalinas e contas. Ficaram tão contentes e amostravam tamanho prazer que pareciam que queriam sair fora de seu siso e assi me despedi deles» (25/11/1531, Ms. 17r).

Após estabelecido o contato, é preciso aprender a língua do *outro* para colher informações e posteriormente dominá-lo culturalmente, ou semioticamente falando, abranger o *outro* em todos os seus campos de representações sógnicas (nos níveis icônicos, indiciais e simbólicos). O conhecimento da fala do *outro* servirá como instrumento de dominação, porque:

«A linguagem só existe em função do “outro”, não só porque se fala sempre com alguém, mas também na medida em que ela permite evocar um terceiro ausente; ao contrário dos animais, os homens conhecem a citação. Porém a própria existência desse “outro” mede-se pelo lugar que lhe reserva o sistema simbólico: é diferente, para citarmos apenas um exemplo eficaz, e agora familiar, antes e depois da invenção da escrita (no sentido estrito). De modo que toda a investigação sobre a alteridade é necessariamente semiótica; e reciprocamente, a semiótica não pode ser pensada fora da relação com o “outro”.» (Todorov 1990: 193.)

O diálogo com o *outro* será desenvolvido através dos intérpretes (*línguas*), cujo interesse primordial baseia-se na busca de ouro e prata. Esses *línguas* funcionam como instrumento de investigação, no sentido estritamente exploratório, pois já se encontram na relação com o *outro* para dominá-lo:

«Este bacharel havia 30 anos que estava degradado nesta terra e o Francisco de Chaves era mui grande língua desta terra. Pola enformação que dela deu ao capitão Irmão mandou a Pero Lobo com oitenta homens que fossem descobrir pola terra dentro, porque o dito Francisco de Chaves se obrigava que em dez meses tornara ao dito porto com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro.» (17/08/1531, *Ms.* 12r.)

No esteiro dos Carandins, a tripulação ouviu «grandes brados» à margem do rio e dirigiu-se ao local:

«(...) e saíu a nós um homem à borda do rio cuberto com peles com arco e frechas na mão e falou-nos duas ou três palavras guaranis e entenderam-as os línguas que levava. Tornaram-lhe a falar na mesma língua, não entendendo senão disse-nos que era beguoa chanaa, e que se chama yanhandu (...)» (13/12/1531, *Ms.* 20v).

O autor do *Diário* desconhecia a diversidade das línguas indígenas do Brasil: «A fala sua não entendíamos nem era como a do Brasil, falavam do papo como mouros» (25/11/1531, *Ms.* 17r). Conforme esclarece Todorov:

«A primeira reação espontânea face ao estrangeiro, é imaginá-lo inferior porque é diferente de nós: nem sequer é homem, ou se é, trata-se de um bárbaro inferior, se não fala a nossa língua é porque não fala nenhuma, não sabe falar (...)» (1990: 96.)

Ou ainda, pelo sistema das semelhanças, próprio dos relatos quinhentistas, compara o *outro* com *outros* mais próximos geograficamente e já seus familiares, ou seja, os muçulmanos. Dentro das formas de similitude, estudadas por Foucault, a comparação entre os índios e os mouros pode enquadrar-se segundo a *convenientia*, onde «na vasta sintaxe do mundo, os seres diferentes ajustam-se uns aos outros; a planta comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo que o rodeia» (1968: 35).

O autor relata *sobre* os índios, mas em nenhum momento faz conjecturas sobre as possibilidades de cristianização daquela gente, como preconizara Caminha. É provável que por este tempo a coroa portuguesa já sondasse a possibilidade de escravização indígena, a exemplo do que faziam os franceses. «E o capitão mandou chamar a gente da caravela e mandou soltar o piloto que o capitão trazia preso. E mandou despejar a caravela dos escravos e lançá-los em terra» (26/3/1531, *Ms.* 9r).

Num outro momento o narrador declara saber da existência de um chefe (provavelmente Diogo Álvares, o Caramuru). Teria este «rei» escravos indígenas nas suas terras?

«(...) e foram até darem com um grande Rei Senhor de todos aqueles campos e lhes fez muita honra e veio com eles até as entregar ao capitão Irmão e lhe trouxe muito cristal e deu novas como no rio de Paraguai havia muito ouro e prata. O capitão lhe fez muita honra e lhe deu muitas dádivas e o mandou tornar pera suas terras.» (30/4/1531, *Ms.* 10v e 11r.)

Dentro da tipologia da alteridade, estabelecida por Todorov (1990: 227), têm-se no primeiro plano (axiológico) um juízo de valor: o *outro* é bom ou mau, igual ou inferior; no segundo plano (praxiológico) a ação de aproximação ou de afastamento: ou assume-se os valores do outro, através da identificação das afinidades, ou se impõe a própria imagem. E entre a submissão ao *outro* e a submissão do *outro* existe um terceiro termo que é a neutralidade ou a indiferença. No terceiro plano (epistêmico) está o conhecer ou ignorar a identidade do *outro*.

Existem, porém, relações e afinidades entre estes três planos. Pode-se falar até de uma tênue interdependência entre eles, ou ainda uma gradação de estados de conhecimentos menores ou mais elevados. Em maior ou menor grau encontram-se no *Diário* os três planos tipológicos de Todorov, com maior tendência para o praxiológico.

Se, do ponto de vista da criação do texto, a trajetória do olhar, do perceber e do compreender determina o resultado retórico, do ponto de vista do explorador as etapas de violações éticas e estéticas determinam o arrasamento cultural dos povos explorados. Noutras palavras, Todorov (1990: 219) resume a tríade do conquistador em relação ao conquistado em: compreender / tomar / destruir e garante que esta corresponde a uma outra, em ordem inversa, que seria: escravagismo / colonialismo / comunicação.

De maneira geral, na literatura de viagens quinhentistas portuguesas, os autóctones são considerados inferiores. São os portugueses que decidem as regras do jogo. Os índios brasileiros, aos olhos dos brancos, têm uma natureza submissa, praticam o canibalismo, sacrificam seres humanos, ignoram qualquer forma de religiosidade e falam uma língua ininteligível. Para o português renascentista, cuja mentalidade era ainda muito baseada no imaginário medieval, os índios brasileiros eram bárbaros: «desconhecidos, estrangeiros cuja língua e costumes ignoro, tão estranhos que chego a hesitar em admitir que pertencemos à mesma espécie» (Todorov, 1990: 11).

Para Ferreira da Silva, a escritura de Pero Lopes permite:

«concluir que existia ainda, da parte dos portugueses, por essa altura e nessa região do globo, seja por imposição superior ou por convicção íntima e prática generalizada, um certo respeito pela identidade cultural do outro e uma declarada intenção de não interferência e intervenção nas questões internas dos povos autóctones» (1994:156).

Não se pode falar em diálogo de culturas, pois não há nível de igualdade civilizacional para que o processo dialético exigido se realize. Há, sim, um enfrentamento de culturas, onde prevalece o desejo de poder e de riquezas dos portugueses, que forcem a primeira ação colonizadora. O lusitano fará, pouco tempo depois, com que o *outro* – ou o que sobrou do *outro* completamente aculturado –, se transforme num outro *eu*. Porque ao conviver com as civilizações indígenas o português passará a assimilar o que interessa dessa cultura, pela necessidade de sobrevivência nos trópicos, de maneira que o

eu absorve alguma coisa do *outro*, mas do *outro* que sofre mutações e já está transculturado.

A relação de conflito implícita ao texto representa também o momento segundo da relação entre os portugueses e os futuros brasileiros. Caminha, em seu alumbramento, não teve tempo de sair do estágio contemplativo, quase adâmico. O *Diário* aponta, por sua vez, o início da violação, da destruição e da substituição das culturas indígenas por uma outra raça de gente que – metamorfoseando-se em *outros* – levaria séculos para se formar. Mutações contínuas perpassaram 500 anos.

Não obstante, o explorador do século XVI transporta consigo o conquistador e o colonizador. Pero Lopes era um desses homens, um expedicionário, um aventureiro. O *Diário* que ele escreveu, ou o que restou da reportagem expedicionária, deve ser analisado mediante toda a intertextualidade na qual está inserida. O presente trabalho não dá conta de explorar todas as possíveis interpretações que o texto ainda exige. Novas linhas investigativas poderão surgir...

De qualquer modo, no *Diário* pode-se notar que os contatos com os espanhóis foram amistosos. Também demonstra Pero Lopes que os navegadores não chegaram a interferir nas questões internas entre os índios, mas não se pode dizer que os seus hábitos tivessem sido totalmente respeitados, tendo em consideração a passagem em que Pero Lopes ordena a destruição de um cemitério indígena pela necessidade de madeira para cozer alimentos.

Quanto aos franceses, foi-lhes dado um combate sem tréguas. Combate este que acarretaria futuras complicações políticas entre Portugal e França.

Fica ainda evidente, através da leitura do *Diário*, que a demarcação da costa brasileira já havia sido realizada em expedições anteriores. Prova disto é o registro dos padrões encontrados por Pero Lopes. De uma forma geral, pode-se dizer que a expedição de Martim Afonso atingiu seus objetivos: dedicou-se à busca do ouro e da prata (porém sem resultados práticos); colaborou na posse e reafirmação do território português na América e criou as bases para a colonização portuguesa, tendo iniciado o projeto a partir de São Vicente (litoral paulista) e Piratininga (futura cidade de São Paulo), localizada numa região mais ao sertão e de onde partiram, já naquele período, as bandeiras para o interior do Brasil.

Sobre o itinerário propriamente dito e as aventuras da viagem é preferível remeter o leitor para o próprio texto de Pero Lopes que, embora incompleto, é rico em informações que retratam o Brasil no início do século XVI (leia-se o Texto Crítico na tese de doutoramento *Relatos do Descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens*).

De qualquer modo, a expedição de Martim Afonso de Sousa lança os dados para a possibilidade de o *outro* – ou àquilo que sobraria do *outro*, já aculturado – vir a ser central. São fundadas as vilas de São Vicente e de São Paulo, os homens adentram o sertão. Esta foi a primeira experiência, que mais tarde seria ampliada no movimento de *Entradas e Bandeiras*, ação quase exclusiva dos paulistas, com o intuito de alargar o território para além das fronteiras estabelecidas pelo *Tratado de Tordesilhas*.

Estava deflagrado o germe da colonização e do desenvolvimento desordenado da sociedade e da formação do povo brasileiro. Um *povo novo*, no dizer de Darcy Ribeiro, porque após a chegada dos africanos, nascerá da confluência de raças díspares, de tradições culturais distintas, que se enfrentam e se fundem para gerar uma gente mestiça. «Novo inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros» (Ribeiro, 1995: 19).

O *Diário* de Pero Lopes não pode ser considerado apenas um diário de navegação, como também não pode figurar entre os brilhantes textos de viagens portuguesas dos Quinhentos. A par disso, é um texto que, em seu estado bruto, aponta para a possibilidade de vir-a-ser uma reportagem sobre a primeira ação concreta do reino português em apoderar-se do Brasil, com vistas a explorar e a colonizar aquelas terras. O material poderia ser transformado num outro texto reportável. E quem pode garantir que não tenha existido um texto posterior – ou anterior – melhor redigido? E o que dizer dos fólios em branco (entre os dias 4 de agosto e 4 de novembro de 1531), que parecem interromper a narrativa de uma luta contra os franceses? Porque o copista teria suprimido este trecho? Dúvidas várias pairam sobre o Manuscrito da Ajuda [51-V-35], assim como o próprio texto representa um estado constante de dúvidas, combates, pelejas com franceses e castelhanos.

Dúvidas entre o autor e os fenômenos, entre o Pero Lopes capitão e o Pero Lopes relator, que é obrigado, por alguns momentos, a deixar o leme para sondar aquele *povo novo*, que vivia uma *vida segura e confortável*.

Referências bibliográficas

I. Fonte manuscrita

SOUSA, Pero Lopes (1530-1532), *Navegação q fez P.^o Lopes de Sousa no Descobrimento da Costa do Brasil, militando na capitania de Marti A.^o de Sousa, seu irmão: na era da encarnação de 1530*, Lisboa, Biblioteca da Ajuda [51-V-35].

II. Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Luís de (1991), *Jornal de Bordo e relação da viagem da nau «Rainha» (Carreira da Índia – 1558)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

AVELLA, Nello (1979), «Il “Diario da navegação” di Pero Lopes de Sousa: due fratelli e il naufragio», *Quaderni Portoghesi*, n.º 5.

BARRETO, Luís Felipe (1983), *Descobrimentos e Renascimento – Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

- CASTRO, Eugênio de (1927), *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, Estudo Crítico pelo Comandante Eugenio de Castro*, prefácio Capistrano de Abreu, 2 Vols., Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger.
- FERREIRA DA SILVA, A. Manuel Pacheco (1994), «Um português no Brasil do século XVI», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º especial, Lisboa.
- FOUCAULT, Michel (1968), *As palavras e as coisas*, Lisboa, Portugalíia Editora.
- FREITAS, Jordão (1924), «A expedição de Martim Afonso de Sousa», *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. III, Porto, Litografia Nacional.
- GUIRADO, Maria Cecília (1999), «Relatos do Descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens», dissertação de doutoramento, Departamento de Estudos Portugueses, Universidade Nova da Lisboa, inédito.
- RIBEIRO, Darcy (1995), *O povo brasileiro – A Formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SANTARÉM, Visconde de (1840), *Analyse du journal de la navigation de la flotte qui est allée a la Terre du Brésil en 1530-1532, par Pedro Lopes de Sousa*, Paris, Imprimerie de Fain et Thunot.
- TODOROV, Tzvetan (1990), *A conquista da América – a questão do outro*, Lisboa, Litoral Edições.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1839), *Diário da Navegação da Armada que foi à Terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martin Afonso de Souza*, publicado por Adolfo Varnhagen, Lisboa, Typografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- (1861), *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (de 1530-1532)*, Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, Typ. de D. Luiz dos Santos.